

EM TORNO DA HISTORIOGRAFIA
DAS ORDENS MILITARES HISPÂNICAS: UMA LEITURA
DA OBRA *LAS ÓRDENES MILITARES HISPÁNICAS EN LA EDAD
MEDIA (SIGLOS XII-XV)*, DE CARLOS DE AYALA MARTÍNEZ *

ANDRÉ EVANGELISTA MARQUES **

Nota prévia

A obra *Las órdenes militares hispánicas en la Edad Média (siglos XII-XV)*, da autoria de Carlos de Ayala Martínez, recentemente publicada em Espanha, constitui a primeira síntese de fundo sobre as ordens militares hispânicas ¹. De facto, tal como o autor salienta na Introdução, este estudo distingue-se das mais recentes sínteses publicadas sobre as milícias medievais ², na medida em que «sólo pretende centrarse en las órdenes militares hispánicas y de origen peninsular» (p. 10), dispensando o estudo das milícias *internacionais* que se implantaram na Península

* Este trabalho foi realizado no âmbito do módulo orientado pela Prof. Doutora Paula Pinto Costa do seminário *Ordens Militares e Guerra na Idade Média*, do Curso Integrado de Estudos Pós-Graduados em História Medieval e do Renascimento da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2003-2004).

** Mestrando em *História Medieval* pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

¹ AYALA MARTÍNEZ, Carlos de – *Las órdenes militares hispánicas en la Edad Media (siglos XII-XV)*. Madrid: Marcial Pons – Latorre Literaria, 2003, 865 págs. Outros trabalhos estudam o conjunto das milícias hispânicas numa perspectiva de síntese, com destaque para o importante estudo de Derek LOMAX – *Las Órdenes Militares en la Península Ibérica durante la Edad Média*. Salamanca, 1976. Todavia, não os consideramos sínteses *de fundo*, na medida em que não se aproximam da amplitude temática e do nível de desenvolvimento atingidos por esta obra de Carlos AYALA MARTÍNEZ.

² FOREY, A. – *The Military Orders from the Twelfth to the Early Fourteenth Centuries*. Londres, 1992. DEMURGER, A. – *Chevaliers du Christ : les ordres religieux-militaires au Moyen Âge, XI-XVI siècles*. Paris, 2002. MARTÍNEZ DÍEZ, G. – *La cruz y la espada: vida cotidiana de las órdenes militares españolas*. Barcelona, 2002.

Ibérica, como as ordens do Templo e do Hospital. O autor justifica esta opção programática invocando as diferenças *essenciais* entre as ordens *internacionais* e as ordens de origem peninsular, bem como o facto de as primeiras contarem já com *estudios monográficos de carácter sistemático*, argumentando ainda que a inclusão do estudo dos templários e dos hospitalários hispano-portugueses nesta obra «*habría incrementado considerablemente el volumen de un libro ya de por sí extenso*» (p. 10). Cumpre todavia notar que, na perspectiva do autor, a coerência interna de uma obra dedicada ao estudo das ordens hispânicas não pode dispensar o estudo das milícias de origem portuguesa ³.

Dada esta intenção manifesta de estudar a realidade portuguesa, e face ao inegável domínio que o autor demonstra ter da historiografia relativa ao conjunto das milícias hispânicas, a obra de Carlos de Ayala Martínez parece-nos ser um *palco* privilegiado para se fazer um balanço da produção historiográfica portuguesa no domínio das ordens militares. Neste sentido, dividimos a presente recensão em dois pontos principais: a apresentação da estrutura e dos conteúdos estudados, na qual procurámos destacar a abordagem que o autor faz da realidade portuguesa, e, num segundo momento, a análise da expressão que a historiografia portuguesa sobre ordens militares adquire na obra, para o que procurámos caracterizar esta amostra historiográfica e analisar a utilização concreta que o autor dela faz, com o objectivo final de traçar *um* perfil deste domínio específico da bibliografia medievística portuguesa. Não ignoramos, todavia, que este perfil decorre da utilização que *uma* obra em particular faz de *uma* amostra deste universo historiográfico ⁴.

Neste sentido, definimos três níveis de análise que nos pareceram servir o nosso propósito. Num primeiro nível, procurámos avaliar a ponderação que os trabalhos e os autores portugueses assumem no conjunto da bibliografia utilizada pelo autor e a ponderação das citações de títulos portugueses no quadro das referências feitas no decurso da obra, em notas de rodapé. Procurou-se assim avaliar a expressão quantitativa que a historiografia portuguesa atinge no universo historiográfico presente na obra. Num segundo nível, procurámos caracterizar genericamente os títulos portugueses referidos na bibliografia, com base numa grelha

³ «*No es necesario recordar que la etapa histórica que conocemos como “Edad Media” nos ofrece una realidad políticamente plural, pero articulada en torno a un sentimiento básico de unidad cultural. Portugal era un reino más de la comunidad hispánica, una comunidad cuyos miembros eran tan celosos de su independencia como conscientes de su solidaridad pertenencia a una misma tradición romano-gótica. Un fenómeno como el de las órdenes militares, común al conjunto de los reinos ibéricos, difícilmente podría comprenderse en su totalidad, prescindiendo de manera artificial de algunas de sus más genuinas manifestaciones, las procedentes de tierras portuguesas*» (p. 10-11).

⁴ Os títulos portugueses listados no rol bibliográfico final da obra, que constituem esta amostra, vão elencados no anexo que acompanha este trabalho.

que contempla quatro grandes pontos: a tipologia das obras (livros, dissertações acadêmicas ou artigos); a sua cronologia de publicação e enquadramento institucional de produção; as ordens militares, as realidades nacionais e as cronologias medievais que versam; e finalmente as temáticas, espacialidades e temporalidades que estudam. No terceiro, e último, nível, debruçámo-nos sobre o conjunto das citações dos trabalhos portugueses que o autor faz ao longo da obra, para o que utilizamos a mesma grelha de análise. Esperamos assim poder cotejar uma análise *apriorística* da historiografia portuguesa referida na bibliografia final (feita no segundo nível) com a utilização concreta que o autor faz das obras portuguesas ao longo do trabalho, por forma a poder avaliar o significado real que a historiografia portuguesa assumiu na construção do texto ⁵.

1. Estrutura e conteúdos

Las órdenes militares hispánicas en la Edad Média (siglos XII- XV), da autoria de Carlos de Ayala Martínez, professor da Universidade Autónoma de Madrid, foi editado em Maio de 2003, numa edição conjunta das editoras Marcial Pons e Latorre Literaria. A obra tem 865 páginas, distribuídas ao longo de 33 capítulos que se agrupam num total de oito partes. O texto está escorado em 1253 notas de rodapé, de grande utilidade, na medida em que no final da exposição de cada tema são indicadas, em nota, as referências bibliográficas que a sustentam. Acresce, no final, um rol de abreviaturas e de referências documentais, cronísticas e bibliográficas (listadas separadamente), um índice de topónimos, um índice de antropónimos e um *Apêndice cronológico* com os fastos dos mestres das várias ordens militares peninsulares. Para além do sumário inicial, que apenas enumera as diferentes partes e capítulos, apresenta-se, nas últimas páginas, o índice completo da obra (com 11 páginas), que dá conta de todos os pontos em que se subdividem os

⁵ Embora não nos detenhamos no estudo das fontes portuguesas referidas no rol de fontes documentais, cronísticas e literárias e da sua utilização concreta, não deixamos de considerar esta análise importante para uma melhor compreensão do significado que a historiografia portuguesa assume na obra e, sobretudo, para o exame do estudo que o autor faz da realidade portuguesa. Uma análise preliminar mostrou-nos que se faz referência a uma ou mais fontes portuguesas em 51 citações ao longo da obra. Entre os documentos portugueses citados avultam os textos normativos tardo-medievais das diversas ordens, vários documentos régios e pontifícios que lhes são outorgados, alguns documentos que as próprias milícias outorgaram e as crónicas de vários reinados portugueses, com destaque para as de Fernão Lopes. Note-se que, para além de citar diplomas publicados em grandes coleções documentais, como os *Documentos Medievais Portugueses* e os *Monumenta Henricina*, o autor refere ainda documentação inédita, contida no *Livro dos Copos* da ordem de Santiago e no fundo de *S. Bento de Avis*, ambos depositados no Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

vários capítulos. Note-se, todavia, a ausência de um índice das ilustrações que acompanham o texto ⁶.

A obra divide-se em oito grandes apartados (*partes*) que congregam os diferentes temas subsidiários de uma temática abrangente e transversal como é a das ordens militares. Daqui resultam oito vectores de análise da realidade das milícias que, em alguns casos, nos parecem agregar temas distintos, embora o autor se encarregue de salientar os nexos que os unem (partes I, III e V). Cumpre ainda notar que o longo arco temporal da obra (sécs. XII-XV) obriga o autor a distinguir cronologias e a desenhar periodizações no tratamento de vários temas.

A primeira parte da obra (*Órdenes militares: orígenes, concepto y manifestaciones*) assume um carácter marcadamente introdutório, desenrolando-se em torno de «tres capítulos destinados a clarificar en la medida de lo posible el concepto de orden militar» (p. 11). Procura-se, assim, traçar uma visão panorâmica sobre a história das ordens militares na Idade Média, com o objectivo de definir os traços elementares e as *facies* que sucessivamente revestiram o conceito de ordem militar, desde o aparecimento das milícias até ao final da Idade Média. Neste sentido, dá-se um especial desenvolvimento ao estudo dos contextos em que as ordens nasceram e das suas primeiras manifestações (as milícias do Templo e do Hospital), por se considerar que então se definem os caracteres essenciais destes institutos monástico-militares. De seguida, define-se uma tipologia das ordens militares medievais, em função das mutações que as milícias sofreram ao longo deste período, com o objectivo de melhor caracterizar as ordens militares peninsulares. Neste sentido, o autor distingue as *ordens universais*, nascidas na Terra Santa na primeira metade do séc. XII e umbilicalmente ligadas ao papado, das *ordens territoriais*, que aparecem na Europa, sob o patrocínio das monarquias feudais, a partir da segunda metade do séc. XII, despoletando um processo paralelo de *territorialização* das ordens *universais* presentes no espaço europeu. Distingue ainda um terceiro tipo, o das *ordens nacionais*, que se afirmam gradualmente a partir de finais do séc. XIII, sejam elas de criação recente ou resultantes da submissão aos interesses das monarquias das *ordens territoriais* e das *ordens universais* (já na sua dimensão territorializada).

⁶ Deste conjunto de 19 ilustrações, nove são fotografias de folhas de códices medievais, seis são fotografias de castelos, de pinturas murais e de arcas tumulares e quatro são mapas. Sem pretendermos fazer uma análise do suporte cartográfico da obra, não podemos deixar de apontar a pouca qualidade dos mapas das p. 590 e 635. No primeiro, a maioria das fortalezas portuguesas está mal localizada e uma boa parte dos seus topónimos estão mal grafados. No segundo, torna-se particularmente difícil distinguir os senhorios das ordens do Hospital e de Alcântara. De ambos nos fica a impressão de uma cartografia rudimentar, que em nada corresponde à qualidade do texto historiográfico. Note-se, todavia, a melhor qualidade do mapa da p. 727.

Assim, no capítulo 1 (*El surgimento de la espiritualidad militar*), o autor estuda esquematicamente o contexto do aparecimento da espiritualidade militar, no quadro de «*una sociedad feudal que comenzaba por influencia eclesiástica a cristianizar sus lazos de dependencia y a sacralizar el principio de jerarquía*» (p. 16). Refere-se em particular ao monaquismo renovado que, a partir do séc. XI, valoriza a imagem tradicional do *miles Christi*, ao processo de cristianização da cavalaria e ao significado do movimento cruzado, proclamado pelo papado. É neste contexto, marcado pela crença numa guerra justa, por parte de monges e de cavaleiros, que naturalmente surgem as ordens militares: «*sus freires son monjes y caballeros, cruzados permanentes que, bajo la dirección última del papa, responsable directo de su nacimiento, encarnan y alimentan mejor que nadie el espíritu, a la vez feudal y pontificio, da la nueva Cristiandad latina*» (p. 20).

No capítulo 2 (*Las órdenes “universales” nacidas en Tierra Santa*), o autor começa por distinguir os conceitos de *ordem universal* e de *ordem territorial* (problemática que retomará no capítulo seguinte). Insiste na ideia de que a actuação preferencial das *ordens universais* nos Estados cristãos do Próximo Oriente «*no las vincula tanto a una realidad territorial concreta como a la noción de frontera de la Cristiandad*» (p. 55), pelo que foram «*los más fieles exponentes de la idea pontificia de reconquista cristiana*» (p. 21). Já as *ordens territoriais*, cujo aparecimento acompanha o desenho de um *modelo de cristandade regionalizada* (p. 22), introduzem uma «*flexión irreversible en la evolución del concepto de orden militar, que también afecta, por tanto, a las viejas milicias “universales” radicadas en los reinos peninsulares: el triunfo de una territorialidad a la que se acomodan frente al universalismo originario o, si se prefiere, el éxito de la mediatización regia frente al liderazgo papal*» (p. 56).

Aborda, ainda neste capítulo, nos pontos 2 (*El Temple: los caballeros convertidos en monjes*) e 3 (*El Hospital de San Juan de Jerusalén: los monjes convertidos em caballeros*), a génese e os tempos primeiros das duas principais *ordens universais*, discutindo os vários problemas com que a historiografia das origens de ambas se debate. Acima de tudo, procura ressaltar os caracteres específicos e comuns que marcam as duas milícias desde as origens e que, estando na base do conceito de *ordem universal* definiram, na sua opinião, os modelos disciplinares e organizativos de ordem militar glosados, mais tarde, pelas *ordens territoriais*, entre as quais as ordens militares peninsulares. Neste sentido, não deixa de se referir brevemente, num quarto ponto, às restantes *ordens militarizadas* da Terra Santa.

Finalmente, no capítulo 3 (*Órdenes “territoriales” y “nacionales”*), o autor procura definir e ilustrar o conceito de *ordem territorial*, recorrendo à caracterização sumária das diferentes *facies* que o revestiram e não deixando de destacar a importância que as milícias peninsulares assumiram na construção do *modelo territorializado* de ordem militar. Alude ainda brevemente ao processo de *nacionalização* das ordens militares, decorrente da afirmação do conceito de soberania régia, a partir do final do séc. XIII e dos inícios do séc. XIV, o que leva as ordens a desligarem-se gradualmente da dependência originária que as submetia ao papa

e a iniciarem um *proceso de secularização normativa e disciplinar*. As ordens nacionais aparecem assim como o «último modelo al que responderá la noción de orden militar en la Cristiandad medieval» (p. 62). Mais uma vez, destaca-se a Península Ibérica, «donde la tradición cruzada se seguía alimentando a través de la presencia islámica en su territorio» (p. 62), como o palco privilegiado destas mutações. No contexto ibérico, o autor destaca o êxito alcançado por Portugal neste processo *nacionalizador*, invocando a criação da ordem de Cristo em 1319 e a cisão dos santiaguistas portugueses em relação a Uclés, a partir dos inícios do séc. XIV.

Na segunda parte da obra (*Órdenes militares hispánicas: tipología y distribución geográfica*), o autor estuda cada uma das ordens militares peninsulares, realçando «los aspectos fundacionales y las características constitutivas de sus primeras fases de desarrollo» (p. 65), com o objectivo de fazer uma *descrição tipológica* das milícias peninsulares e a análise das suas variáveis, como sugere na Introdução da obra. De facto, subjaz a esta segunda parte a noção de que as ordens militares peninsulares, como as restantes, obedecem a dois modelos organizativos diferentes, baseados em duas regras ou tradições disciplinares distintas: a beneditina-cisterciense, adoptada por Calatrava e pelas ordens nela filiadas, e que se converteu no modelo dominante, e a agustiniana, seguida pela ordem de Santiago e por outras ordens menores. Perfila-se, assim, a distinção entre o que o autor considera ser a *opção radical* do modelo beneditino-cisterciense, uma vez que resulta da adaptação de monges à vida militar dos cavaleiros, e a *opção moderada* do modelo agustiniano, já que resulta da vontade de «caballeros que hacen cristalizar su vocación de servicio armado a Dios y a la Iglesia a través de una institución religiosa, compatible con un fuerte componente laical» (p. 119). O enquadramento do estudo das diferentes ordens peninsulares nesta tipologia parece-nos estar na origem da especial atenção concedida aos diferentes processos de filiação e à caracterização disciplinar e normativa de cada ordem.

Assim, no capítulo 4 (*Calatrava y el modelo beneditino-cisterciense*), estuda-se os processos de formação, de filiação em Cister e de consequente normalização disciplinar cisterciense da ordem de Calatrava, a primeira ordem militar peninsular e o paradigma do modelo beneditino-cisterciense. O autor não deixa de ter em conta o contexto político dos reinados de Sancho III e de Afonso VIII de Castela, marcado por «la voluntad política de construir un reino inequívocamente castellano sobre bases territoriales e institucionales propias» (p. 70), e as motivações ideológicas e as dificuldades de natureza disciplinar que dominaram o processo de filiação desta milícia em Cister. Já no capítulo 5 (*Filiales de Calatrava*), estuda-se os processos de criação e de imediata filiação das ordens de Pereiro-Alcântara, Avis e Montesa em Calatrava (note-se que no estudo dos problemas da origem e da filiação de Avis em Calatrava, faz-se eco das posições de Rui de Azevedo). O autor destaca a resistência das três ordens à dependência resultante desta filiação, resistência essa incentivada pelas respectivas monarquias, que

assim procuravam travar a investida dos monarcas castelhanos, plasmada na suserania de Calatrava.

Por outro lado, no capítulo 6 (*Órdenes militares cistercienses independientes de Calatrava*), estuda-se os percursos históricos das ordens cistercienses independentes de Calatrava, atribuindo particular atenção às diferentes modalidades da sua filiação na ordem de Cister. Põe-se em relevo as diferentes formas da dominação exercida sobre estas milícias pelas respectivas monarquias, situando aí a explicação primeira para a autonomia face à ordem cisterciense, instituição forânea, que todas perseguiram e que, no caso das ordens de Alcalá de la Selva e de Alfambra-Montegaudio-Santo Redentor-Montfragüe, explica ainda a indefinição normativa que as caracteriza, ao nível da estrutura organizativa e da situação jurídico-disciplinar. Note-se que, no caso da milícia de Cristo, a mais duradoura das quatro ordens estudadas neste capítulo, o autor limita-se a analisar o contexto fundacional e o *processo constituinte*, que não ultrapassa o primeiro quartel do séc. XIV. A ordem de Cristo é apresentada como «*la última y más radical de las manifestaciones del modelo de orden militar “nacional”*» (p. 112), em virtude da capacidade da monarquia portuguesa para salvaguardar três linhas fundacionais sobre as quais decorreria o processo constituinte da milícia, consumado entre 1321 e 1326: «*un elevado margen de autonomía de la nueva orden respecto a instancias foráneas de encuadramiento jurisdiccional, en este caso cistercienses y calatravos; amplia presencia de la monarquía en su construcción y previsible desarrollo institucional; y traspasso íntegro a la nueva milicia del patrimonio templario*» (p. 115).

Já no capítulo 7 (*Santiago y las órdenes militares de tradición agustiniana*), o autor estuda as origens da ordem de Santiago, no quadro da reconquista leonesa e o quase imediato processo de castelhanização da milícia, marcado pela conflitividade político-militar entre os reinos de Leão e de Castela. Num segundo momento, estuda a normativa santiaguista: aborda a questão da datação e da transmissão (versões) da regra de Santiago e o problema da *adscrição canónico-disciplinar dos seus conteúdos* (fontes), que, permanecendo ainda em aberto, evidencia o *ecletismo ideológico-normativo* do texto, a que não é estranha a influência cisterciense, mas que também encontra nas «*fórmulas de vida no estrictamente monásticas*», propostas pelos cónegos regulares, uma «*referencia cercana a la práctica secularizante propia de la disciplina santiaguista*» (p. 129). Num outro ponto, o autor refere-se ainda às *ordens de inspiração santiaguista ou afins*, aludindo sucintamente ao processo de autonomização dos espatários portugueses.

Finalmente, no capítulo 8 (*La especificidad de las órdenes militares: manifestaciones similares o alternativas*), procede-se a um aprofundamento do conceito de ordem militar, recorrendo ao estudo da alteridade próxima, isto é, de *manifestações similares* às ordens militares mas que delas se distinguem por não comungarem da sua especificidade: «*la especificidad de las órdenes militares descansa sobre la doble función – expresión de una única vocación religiosa – que conjuga en los miembros de una institución disciplinariamente regulada compromisos monásticos e profesión solemne com el ejercicio de las armas, y ello sin*

hacer desaparecer en cada una de esas instituciones la existencia de dos líneas de obediencia, una secular y otra estrictamente clerical, dependientes ambas de un mismo gobierno maestral» (p. 133). Ao longo do capítulo, o autor caracteriza sumariamente vários exemplos destas *manifestações similares ou alternativas*, desde confrarias militares de nobres a ordens religiosas de estrutura administrativa afim à das milícias.

A terceira parte (*Normativa y aspectos sociológicos*) é dedicada à análise dos perfis normativos e da realidade sociológica das ordens militares peninsulares. As normas disciplinares são consideradas uma fonte essencial não apenas para o estudo da organização interna e do funcionamento institucional das ordens militares mas também para o conhecimento da *sociologia* destas instituições, isto é, «*de la caracterización de sus miembros, de sus categorías, del papel de la mujer en ellas y de las relaciones de los freires con aquellas personas que, sin haber profesado, se hallan de un modo u otro ligadas a ellos mediante vínculos de familiaridad»* (p. 149). Assim, os dois capítulos que constituem esta parte ocupam-se sucessivamente «*de la normativa y de aquellos aspectos sociológicos que, implícitos en ella, resultan fundamento imprescindible para conocer la auténtica naturaleza de las milicias»* (p. 149).

No capítulo 9 (*Desarrollo normativo: Definiciones, Ordenaciones y Establecimientos*), o autor faz uma breve reflexão sobre os diferentes *desenvolvimentos normativos* das ordens militares, chamando a atenção para o facto de não se poder reduzir a normativa das milícias aos «*textos fijos de referencia benedictina o agustiniana, según los casos, que dotan de legitimidad inicial a cada una de las órdenes»* (p. 151). De facto, a normativa das ordens incorpora necessariamente «*toda una tradición disciplinaria que, además de concretarse en primitivos textos más o menos articulados, se enriquece a lo largo de la trayectoria vital de cada orden com muy diferentes aportaciones jurídico-cánonicas»* (p. 151). Neste sentido, o autor caracteriza a base jurídico-disciplinar das ordens de Calatrava e de Santiago – paradigmas dos dois modelos disciplinares definidos – e arrola, descreve e contextualiza os *desenvolvimentos normativos* das diferentes milícias peninsulares: as *definiciones privativas* de Calatrava e das ordens nela filiadas e os *establecimientos* de Santiago. Não deixa de estudar os textos normativos das ordens portuguesas de Avis e de Cristo e do ramo português dos santiaguistas.

Já no capítulo 10 (*Jerarquía y sociología de las órdenes militares*), estuda-se o enquadramento sociológico das ordens militares, não apenas dos seus membros mas também daqueles que lhe são próximos. Num primeiro ponto (*Freires y estratificación social*), o autor refere-se às *estructuras hierárquicas bem organizadas* das ordens, pelo que distingue, funcional e numericamente, os três tipos de freires (cavaleiros, clérigos e *mesteirais*), numa organização que considera uma reprodução, ao nível da esfera capitular de cada ordem, de «*un idealizado esquema trifuncional, precisamente aquel que de manera estereotipada – bellatores, oratores y laboratores – venía proyectandose sobre el horizonte teórico de la más característica sociedad*

feudo-señorial» (p. 171). Refere-se ainda aos conversos e *sergents*, aos *critérios de hierarquização sócio-funcional entre os freires* e às bases de recrutamento social dos diversos grupos de freires, acentuando que, a partir do séc. XIII, se introduz um elemento socialmente discriminatório, com a imposição formal da condição nobiliárquica tanto aos cavaleiros como aos clérigos. Num segundo ponto (*El espacio de la mujer en las órdenes militares*), foca o tema da mulher, que «*en calidad de freira se incorpora de manera directa a algunas de las milicias*» (p. 167), não deixando de referir o exemplo português do mosteiro santiaguista de Santos. Finalmente, num terceiro ponto (*Familiaridad monástica y órdenes militares*), refere-se aos «*otros sectores sociales, ajenos a la estructura jerárquica de las órdenes, [que] contribuyen a su desarrollo y, en cierto modo, posibilitan su existencia*» (p. 167), ou seja, aos membros das *famílias* de cada ordem.

Nas duas partes seguintes (quarta e quinta), o autor estuda «*los siempre complejos temas de la organización interna y del funcionamiento institucional de las órdenes en su conjunto*» (p. 188), para o que se centra em três grandes *argumentos* de análise: o governo, «*o lo que es lo mismo, el organigrama de sus estructuras de poder con sus instituciones personales y corporativas*» (p. 189); «*el despliegue territorial de las milicias en su faceta estrictamente administrativa, es decir, de su gobierno a escala local y la reproducción a dicha escala de los hábitos y formas propias de la estructura central del poder*» (p. 189); e finalmente «*la vida cotidiana de los freires, la materialización de sus compromisos religiosos, la distribución de su tiempo y actividades, y, en su caso, la transgresión de sus deberes*» (p. 189).

O primeiro destes *argumentos* é abordado na quarta parte (*Gobierno y distribución del poder*), em que se analisa o governo e o funcionamento interno das ordens, numa perspectiva central, procurando avaliar a ponderação que cada órgão de governo assume no quadro da distribuição interna do poder das várias milícias. Neste sentido, estuda-se as origens, o perfil funcional e os rendimentos das várias dignidades e dos órgãos colegiais, bem como as formas de eleição/designação das dignidades, a composição das instituições colegiais e os conflitos e cumplicidades que os vários órgãos de governo teceram entre si. O estudo destas estruturas endógenas de poder não esquece os contextos políticos mais alargados que, no decurso da Idade Média, ditaram uma intervenção crescente de poderes exógenos às milícias, com destaque para o poder régio. Nem sequer esquece a matriz ideológica monástica e feudal das estruturas de governo das ordens, patente na concepção do poder como «*el ejercicio de una autoridad monárquica limitada por el pacto*» (p. 191), pelo que «*en el gobierno de todas las órdenes exista una doble y complementaria referencia de poder: la indiscutible jerarquía monárquica que encarna el maestre [e que se prolonga no conjunto de dignidades e de ofícios pessoais que dele dependem] y el sólido fundamento corporativo del conjunto de los freires organizados en capítulo*» (p. 191).

Assim, no capítulo 11 (*Orígenes y desarrollo de los maestrzgos*), o autor começa por caracterizar o poder mestral, definindo o seu *extenso arco competencial*

e distinguindo os diferentes níveis de entendimento do exercício deste poder e os diferentes graus de *projeção religiosa* dos mestres santiaguistas e dos mestres de Calatrava. Em seguida, estuda o percurso da dignidade mestral até à segunda metade do séc. XIII, evidenciando as suas fragilidades iniciais e o processo de fortalecimento encetado em meados deste século, que teve na instituição das mesas mestrais o seu principal instrumento e consequência. Alude ainda ao decisivo apoio do poder monárquico com que os mestres puderam contar, às oposições que este processo suscitou e às alterações que introduziu na estrutura orgânica das milícias, dadas as formas de compensação dos freires a que a criação das mesas mestrais obrigou (comendas territoriais). Finalmente, refere-se aos processos concretos de instituição da mesa mestral em Calatrava e em Santiago. Não deixa de fazer referência à realidade mestral de Évora-Avis, salientando a sua estabilidade institucional.

O processo de fortalecimento da dignidade mestral ao longo da Baixa Idade Média é estudado no capítulo 12 (*La dignidad maestral en la Baja Edad Media*), acentuando-se o papel essencial que nele desempenharam as monarquias, com o objectivo de converter as milícias em «*mecanismos de acción subsidiaria para la Corona hasta su definitiva absorción por ella en las postrimerías del siglo XV*» (p. 221). Depois de dar conta das dificuldades iniciais deste processo e dos conflitos que despoletou, entre o poder mestral e as oligarquias capitulares, o autor analisa com detalhe o que considera serem os três *índices de actuación* que deixam entrever este processo: o fortalecimento das mesas mestrais, isto é da base patrimonial e rentista que sustenta o poder efectivo dos mestres; o reforço da sua capacidade legislativa, «*tanto en relación a asuntos de corrección y disciplina interna de cada orden como en lo que se refiere al gobierno dos vasallos dependientes de su jurisdicción*» (p. 221); e finalmente, como resultado das premissas anteriores, a relativa capacidade de imposição dos mestres face às oligarquias capitulares, empenhadas em patrimonializar os recursos das respectivas ordens. Note-se a análise específica a que o autor procede, neste capítulo, dos processos de fortalecimento das mesas mestrais das milícias portuguesas.

No capítulo 13 (*Priores y prioratos*), estuda-se a dignidade prioral, segunda *referência hierárquica* em todas as ordens militares e cabeça da estrutura hierárquica de carácter estritamente clerical que enquadra os freires clérigos das milícias. Aborda-se os problemas da eleição dos priores-mores, da conflitividade que os opõe a outras instâncias de poder, dentro e fora das ordens, das diferentes categorias priorais e das funções que lhes competiam, com destaque para as funções dos priores-mores. Já no capítulo 14 (*Comendadores mayores y otras dignidades y oficios de carácter personal*), o autor debruça-se sobre a importância, o perfil funcional, as formas de eleição e o valor e a proveniência dos rendimentos das restantes dignidades das ordens – o comendador-mor, o claveiro, o sacristão, o obreiro e outras dignidades de menor importância, de carácter ocasional ou de tardio aparecimento. Finalmente, no capítulo 15 (*Órganos colegiados y de representatividad. El capítulo*), estuda-se as instituições corporativas de governo das milícias (capítulos gerais e outros órgãos que dele dimanam), seguindo o seu percurso evolutivo,

nas sucessivas fases de génese, de consolidação e de esvaziamento. Note-se que também nestes três últimos capítulos o autor faz referência às diferentes dignidades e órgãos colegiais de governo das ordens militares portuguesas.

Prosseguindo no estudo da organização interna e do funcionamento institucional das ordens, o autor aborda, na quinta parte (*Organización territorial y vida religiosa*), os outros dois *argumentos* já enunciados, a saber: a organização administrativa do território das ordens, traduzida no regime de comendas, e a vida quotidiana dos freires, associada aos seus conventos de origem mas também a toda a realidade local em que se desenvolviam as suas actividades.

Assim, no capítulo 16 (*Organización administrativa del territorio. Encomiendas y comendadores*), introduz-se a *dimensão territorial* do poder das ordens, por oposição à *dimensão hierárquica*, já abordada na quarta parte. O autor procura então estudar «*la articulación de las bases materiales, en este caso de cada milicia, según esquemas que no sólo posibiliten ese ejercicio del poder, sino que permitan también un racionalizado aprovechamiento de los recursos de cada orden*» (p. 325). As comendas são apontadas como uma «*fórmula originaria y consagrada de articulación del poder y marco descentralizado de vida comunitaria*» (p. 325), pelo que este capítulo se ocupa do estudo das três fases da evolução da realidade comendatária definidas pelo autor: a *fase de formação* (1175-1225), na qual as comendas não são ainda «*expresión de una retícula territorial constituida sino meros focos, a veces inestables desde el punto de vista temporal y, en cualquier caso, pendientes aún de una auténtica proyección territorial*» (p. 328-329); a *fase de territorialização* (1225-1350), na qual «*las encomiendas empiezan a tomar cuerpo como entidades fundamentalmente territoriales, con definidos perfiles institucionales, dependientes de una cada vez más compleja gestión administrativa y insertas ya en sistematizadas retículas comendatarias*» (p. 328); e a *fase de patrimonialização* (1350-1500), quando «*las encomiendas se convierten en soporte de freires socialmente ennoblecidos y acaban por constituir una fuente de rentas que, en último término, se vendrán a sumar al patrimonio familiar de sus titulares, es decir, las encomiendas se patrimonializan de manera definitiva*» (p. 347-348). Note-se que o autor não deixa de relacionar esta evolução das comendas com a evolução da dimensão hierárquica do poder das ordens que as enquadra. As referências feitas à realidade comendatária de Avis, de Cristo e dos santiagoistas portugueses, no decurso deste capítulo, são já mais breves.

No capítulo 17 (*Vida conventual*), estuda-se, como acima referíamos, a vida quotidiana dos freires (conventuais e comendatários). O autor confronta sistematicamente as prescrições normativas e a prática vivencial, haurida em oito tipos de documentos (que enuncia), com destaque para as dispensas. Estuda sucessivamente a composição das comunidades conventuais, os votos monásticos, a espiritualidade e a prática religiosa, a vida material, a cultura, o lazer e a correição disciplinar dos freires, não deixando de se referir a vários aspectos da vida quotidiana dos freires de Avis e de Cristo. Na base deste estudo da vida comunitária está a noção de que «*la vida conventual de la comunidad de freires, en la casa*

mayor o fuera de ella en cada una de las encomiendas en que se fragmenta el patrimonio, constituye el núcleo que da sentido a todo el edificio institucional y territorial de las órdenes» (p. 325).

Na sexta parte (*Funciones y actividades*), claramente a mais extensa das oito partes que compõem a obra, o autor procede ao estudo das funções essenciais das ordens, definidoras do seu *carisma*: a função assistencial – essencial em instituições de cariz monástico como são as ordens militares – e, sobretudo, a função militar – objectivo prioritário das milícias. Ainda que esta actividade bélica visasse em primeiro lugar «*la defensa y consolidación expansiva de la Cristiandad frente al infiel musulmán*» (p. 403), o autor nota que as ordens militares também se dedicaram ao combate de outros cristãos, considerados heterodoxos, embora «*sólo tardías justificaciones de orden político podrían sustentar ideológicamente tales acciones*» (p. 403). Neste sentido, estuda-se os diversos palcos da actividade militar das ordens peninsulares: a *reconquista* mas também os conflitos, *internos* ou *fronteiriços*, entre cristãos. O estudo da actividade militar das milícias completa-se ainda com a referência às actividades bélicas das ordens militares peninsulares fora da Península Ibérica e com a análise da organização e quantificação dos efectivos das milícias, das fortalezas das ordens, da eficácia combativa dos freires e da imagem que a Idade Média deles construiu.

Assim, nos capítulos 18 (*Órdenes militares y Reconquista*), 19 (*Las órdenes militares y la Guerra del Estrecho*) e 20 (*La participación de las órdenes militares en la Guerra de Granada*), o autor estuda a participação das ordens na *Reconquista* peninsular, considerando que as ordens militares hispânicas assumiram na *Reconquista* um *espacio instrumental* que não podia ser ocupado nem pelas confrarias militares de carácter local, que se esgotavam em *objetivos puntuais e localistas*, nem pelas ordens *universais*, comprometidas em empresas que excediam em muito o âmbito peninsular. A exposição é estruturada em torno das quatro fases que, a partir de 1150, caracterizam o desenvolvimento da *Reconquista*. Assim, no capítulo 18 estuda-se a participação das ordens na ofensiva anti-almôada da segunda metade do séc. XII e dos primeiros anos do séc. XIII – «*una fase penosa, de desiguales resultados y decisiva en sus últimas manifestaciones*» – e na fase da *Grande Reconquista* – etapa definitivamente expansiva que ocupa o segundo quartel do séc. XIII. No capítulo 19, estuda-se a participação das milícias na *Guerra do Estreito*, que se desenrola de maneira descontínua entre o último terço do séc. XIII e os meados do séc. XIV. E finalmente, no capítulo 20, estuda-se a intervenção das ordens nos sucessivos episódios da *Guerra de Granada*, no decurso do séc. XV. Nestes três capítulos, o autor faz um relato factual pormenorizado das campanhas militares e sobretudo da intervenção que as ordens nelas tiveram, integrando-o nos contextos políticos, ideológicos e militares alargados que em cada fase dominaram a *Reconquista* peninsular.

Já no capítulo 21 (*Órdenes militares y intervenciones contra cristianos*), estuda-se as intervenções das ordens militares peninsulares contra outros cristãos.

As várias situações concretas a que o autor se refere são consideradas paradigmáticas dos vários argumentos invocados, entre os sécs. XII e XV, para justificar este tipo de intervenção, desde o argumento inicial da invasão do reino até aos argumentos tardo-medievais da submissão das milícias às políticas bélicas das monarquias, sejam elas defensivas ou ofensivas, internas ou externas. Entre as intervenções das ordens contra outros cristãos nos finais da Idade Média, o autor distingue as guerras fronteiriças dos conflitos internos dos vários reinos hispânicos. Note-se o especial destaque concedido à intervenção das ordens militares portuguesas em conflitos internos e sobretudo fronteiriços sustentados pelos monarcas portugueses, decorrente da relação próxima, e de serviço, que as milícias lusas mantiveram com o poder régio.

No capítulo 22 (*Las órdenes hispánicas fuera de la Península*), estuda-se os projectos que preconizaram a intervenção das ordens militares hispânicas fora da Península Ibérica e os débeis exemplos de concretização desta intervenção, que todavia demonstram a *teórica vocação universal de defesa da Cristandade* das ordens militares hispânicas. O autor distingue nestes projectos e intervenções duas fases, balizadas pelo processo de *nacionalização* das ordens, iniciado na segunda metade do séc. XIII: a fase dos projectos eclesiásticos e a fase dos projectos régios. No caso dos últimos, refere-se às campanhas portuguesas quatrocentistas no Norte de África, da conquista de Ceuta à tomada de Tânger em 1471, nas quais as ordens desempenharam um papel importante, não apenas no aspecto militar mas também financeiro. Finalmente, estuda a actividade marítima das milícias, marginal mas em boa parte relacionada com projectos ou realidades extra-peninsulares. Não deixa de referir a importância do caso português neste domínio, em virtude da participação das ordens no projecto expansionista africano, referindo-se concretamente à vocação marítima da ordem de Cristo.

A estrutura e a organização dos exércitos das ordens são estudadas no capítulo 23 (*Organización y cuantificación de efectivos*). O autor distingue cinco categorias entre os homens de armas que combatiam nestes exércitos e aborda o complexo problema da quantificação de efectivos, essencial para se perceber a real dimensão da intervenção das milícias nos distintos contextos bélicos em que estiveram presentes. Note-se a utilização, a este propósito, de textos normativos/legislativos e de relatos cronísticos, entre os quais alguns portugueses. De seguida, no capítulo 24 (*Órdenes militares y fortalezas*), estuda as fortalezas das ordens, já não enquanto *elementos defensivos e pontos de organização ofensiva*, mas enquanto símbolos de poder e sobretudo «*centros de poder capaces de articular el espacio circundante, organizarlo administrativamente y contribuir a aprovecharlo desde el punto de vista económico y jurisdiccional*» (p. 561). Assim, começa por abordar o *problema político do controlo das fortalezas das ordens*, com destaque para a questão da sobreposição da jurisdição régia à jurisdição das próprias milícias nestas fortalezas que, como todas as outras *de carácter senhorial*, eram elementos-chave no processo de articulação institucional e territorial que marcou os reinos ibéricos a partir do séc. XII, com a agravante de serem o

«soporte articulador de coherentes espacios jurisdiccionales caracterizados por su continuidad geográfica y su habitual asociación a ámbitos fronterizos» (p. 563-564).

Ao considerar as formulações jurídicas de conotação feudo-vassálica, ainda que inspiradas já por princípios romanistas, que suportaram o controlo régio sobre as fortalezas das ordens, o autor alude ao *ius crenelandi*, frequentemente invocado pelos monarcas portugueses, sobretudo por D. Afonso III e por D. Dinis, considerando-o uma manifestação eloquente da ideia que se impõe em Portugal e em Castela de que todas as fortalezas do reino estão sujeitas à intervenção da monarquia. Neste capítulo estuda-se ainda os aspectos relacionados com a logística destas fortalezas (manutenção, aprovisionamento e vigilância), com o sistema rentista que as sustenta (*retenencias* e contribuições régias) e com as suas tenências.

O estudo da função militar das milícias termina, já no capítulo 25 (*La eficacia combativa de los freires y su imagen*), com a discussão do problema da eficácia combativa dos freires. Neste sentido, o autor apresenta dados sobre a capacidade de mobilização e a qualificação dos efectivos das ordens, sobre o protagonismo e os ritmos de participação dos freires em acções bélicas e sobre a eficácia dos sistemas castrais das milícias, para o que retoma e sistematiza o que foi já escrito a propósito nos capítulos anteriores. Procura-se assim confrontar aquele problema com a imagem, tanto crítica como apologética, mas sempre condicionada pela propaganda, que a Idade Média construiu dos freires.

Finalmente, no capítulo 26 (*Actividades hospitalarias*), estuda-se a função assistencial das ordens hispânicas, com destaque para a ordem de Santiago, «en la que la hospitalidad aparece como algo consustancial a su propia identidad» (p. 603). O autor refere-se assim às quatro formas principais de assistência levadas a cabo pelas milícias peninsulares: a assistência aos membros doentes e idosos das próprias ordens, a assistência aos feridos em combate, o resgate de cativos e a assistência aos pobres e peregrinos. No âmbito português, só a realidade assistencial de Avis merece referência.

Na sétima parte (*Bases territoriales y rentistas: gobierno y administración de los señoríos*), o autor estuda a dimensão material das ordens, centrando-se nos processos de acumulação patrimonial que as milícias desenvolveram e na estrutura rentista que a partir daquela base ergueram, por forma a sustentar as suas actividades militares e assistenciais e a assegurar o rendimento que os freires extraíam do exercício das diferentes funções. Procura-se assim conhecer as diferentes formas de exploração económica e de administração dos senhorios das ordens, bem como «las comunidades humanas que los vertebraban socialmente y que constituían el instrumento, y también el destinatario, de aquellas políticas de gestión» (p. 613).

Assim, no capítulo 27 (*Propriedad: patrimonio y señoríos*), estuda-se a base territorial da propriedade das milícias hispânicas, para o que se analisam os processos de acumulação patrimonial que sucessivamente foram desenhando os complexos mapas da distribuição da propriedade territorial das ordens. Para a análise

destes processos, o autor estabelece uma *periodização cronológica em três fases*: a *fase de formação inicial dos domínios* (1160-1215), apenas aplicável às milícias de maior consistência inicial (Santiago e Calatrava) e dominada por uma concepção do território enquanto fronteira militar; a *fase de consolidação dos domínios* (1215-1270), em que a acumulação patrimonial é acompanhada por uma «*política de colonización y sistemática integración foral del dominio*» (p. 619); e, finalmente, a fase de cristalização dos *mapas senhoriais* (1270-1330), marcada pela exploração sistemática, pelo controlo jurisdicional e pela articulação política dos domínios territoriais das ordens. Para cada uma destas fases, o autor analisa a estrutura do património das várias ordens (localização, formas de povoamento, de organização do espaço e de ordenação jurídica), não deixando de se referir aos patrimónios das ordens portuguesas.

Já no capítulo 28 (*Beneficios y fuentes de riqueza: la renta señorial*), estuda-se a renda senhorial das milícias peninsulares, obtida nos seus domínios territoriais pela dupla via das actividades produtivas aí desenvolvidas e do «*ejercicio de la jurisdicción que las inmunidades y derechos adquiridos de manos de autoridades civiles y eclesiásticas permitían a las órdenes establecer sobre las personas que vivían en sus dominios*» (p. 637). Evitando o debate historiográfico em torno do complexo problema da renda senhorial, o autor distingue seis *pilares* na renda das milícias, que estuda sucessivamente nos seis pontos que constituem este capítulo, a saber: as *rendas da terra*, «*garantizadas mediante la colonización de la misma y el encuadramiento de los respectivos vasallos en un sistema de dependencias bien reguladas*»; as *rendas jurisdicionais*, «*derivadas del gobierno del señorío, de la normalización de las relaciones entre los vasallos, del cobro de tasas y impuestos y, sobre todo, de la aplicación de la justicia*»; as *rendas de natureza comercial*, «*fundamentadas en el control del tránsito de mercancías y, sobre todo, en iniciativas mercantiles propias, así como en complementarias actividades bancarias*»; as *rentas provenientes da exploração de recursos pecuários* («*proprios o del aprovechamiento indirecto de los ajenos a través del cobro de derechos de tránsito o utilización de pastos*»); as *rendas de origem militar*, «*consecuencia directa del ejercicio de las armas, de la adquisición de botín o de derechos y competencias que, en esta materia, disfrutaban los freires en el seno de sus propios dominios*»; e, finalmente, as *rendas eclesiásticas*, «*expresión del carácter religioso de las órdenes y del consecuente disfrute de exenciones que les permiten el cobro de ciertos derechos, en especial diezmos*» (p. 637-638).

Por fim, à semelhança do que faz no capítulo 25, o autor estuda, no capítulo 29 (*Beneficios e inversiones: el alcance de la renta señorial*), as diferentes imagens críticas construídas na Idade Média, sobretudo em círculos eclesiásticos, em torno da riqueza dos freires, tida por excessiva face à eficácia que demonstravam no exercício das suas funções. De seguida, avança dados que permitem contrabalançar esta imagem, revelando a debilidade económica das ordens militares peninsulares e demonstrando como os seus avultados recursos não bastavam à *política de onerosos gastos* que o cumprimento das funções militares e assistenciais, bem

como das elevadas margens de benefício dos freires, lhes impunham. Esboça-se assim um breve balanço das receitas e das despesas das milícias, pelo que esta sétima parte termina com o *saldo* da sua actividade económica.

Por último, na oitava parte (*Los “otros” poderes: las órdenes militares entre las monarquías y el Pontificado*), o autor estuda as relações das milícias peninsulares com os estes dois *otros poderes*, considerando que «*las órdenes militares hispánicas nacieron de la voluntad de los reyes peninsulares pero lo hicieron bajo el prisma legitimador de la Sede Apostólica*» (p. 697) e que o seu poder se definiu, desde o início, por relação às diferentes monarquias ibéricas e à Igreja/Papado. Note-se, todavia, a particular importância que o autor concede ao estudo desse «*juego de tensiones, de polifacética complejidad, en que se desenvuelven las relaciones entre órdenes militares y monarquías*» (p. 702), para o que toma como fio condutor «*la voluntad política de integración que los reyes mostraron sin gran agresividad en un primer momento anterior a mediados del siglo XIII, pero con notable y contundente eficacia a partir de entonces y hasta finales del siglo XIV, momento a partir del cual se iniciarán los procesos de definitiva integración* [das milícias]» (p. 702).

Assim, no capítulo 30 (*Las órdenes militares y los “otros” poderes*), depois de se referir brevemente às relações das ordens com os ambientes sócio-políticos em que se recrutavam os freires (nobreza e concelhos), estuda-se detalhadamente a primeira etapa do relacionamento entre as monarquias e as ordens peninsulares (1160-1250), acentuando «*el carácter instrumental de los freires respecto a los objetivos prioritariamente militares, pero también políticos y ideológicos, de los monarcas*» (p. 704).

O autor refere-se, no caso português, à instrumentalização das milícias nos processos de *Reconquista* e de afirmação da autoridade régia, desde o reinado de D. Afonso Henriques. Neste sentido, alude à política que o primeiro monarca português definiu para as ordens, apontando-lhe o triplo objectivo de *nacionalização* da ordem do Templo, de *lusitanização* da ordem leonesa de Santiago e de institucionalização de milícias próprias, como a de Évora, «*identificada desde el principio con la defensa de su propio reino*» (p. 703). Esta política ter-se-á completado com a fixação da cruzada no ideário político português, como *veículo de afirmação territorial*, patente já na conquista (que o autor designa por *cruzada*) de Alcácer do Sal, em 1217. Finalmente, alude ao facto de a monarquia portuguesa se debater «*entre la necesidad que tiene de las órdenes para construir un proyecto político propio y el excesivo influjo que, desde su óptica, ejercen sobre ellas instancias disciplinarias de origen castellano-leonés*» (p. 704). Cumpre ainda notar que, no que concerne a esta primeira etapa, a análise das relações entre as ordens e a monarquia portuguesa, ancorada no problema da formação de Portugal, apresenta maior complexidade do que o estudo das relações entre as milícias e as restantes monarquias ibéricas, no qual o autor quase se limita a arrolar as circunstâncias de intervenção dos monarcas na promoção ou destituição dos mestres das várias ordens.

No capítulo 31 (*Órdenes militares y procesos de “nacionalización”*), estuda-se a segunda etapa do relacionamento entre as monarquias e as ordens peninsulares (1250-1350), marcada, por um lado, pela utilização que os monarcas procuraram fazer das milícias e dos seus recursos para novas tarefas, fundamentalmente de colonização e de integração política do território, e, por outro, pela crescente *politicização* das ordens, que as leva a reclamarem do rei «*cada vez más amplias parcelas de corresponsabilidad política en el gobierno de cada reino*» (p. 709), gerando tensões que, a partir dos inícios do séc. XIV, se saldaram na vitória das monarquias, empenhadas em fazer das ordens instrumentos da sua gestão. Em pontos sucessivos deste capítulo, estuda-se os diferentes processos de *nacionalização* das milícias, mais significativos em Portugal e em Castela do que em Aragão. Analisa-se com particular desenvolvimento os programas de *domesticação* jurídica e administrativa das milícias, postos em prática por Afonso X e Afonso XI, em Castela, e por D. Afonso III, D. Dinis e D. Afonso IV, em Portugal. O autor salienta, uma vez mais, o êxito da sujeição das ordens à monarquia portuguesa, mais eficaz do que a conseguida pelos monarcas castelhanos, realçando o facto de esta sujeição ter tomado por objectivo prioritário a ruptura dos laços disciplinares das distintas ordens face a instâncias jurisdicionais castelhana-leonesas.

Já no capítulo 32 (*Los caminos hacia la incorporación*), o autor estuda detalhadamente a terceira, e última, etapa do relacionamento entre as ordens e as monarquias peninsulares ao longo da Idade Média, conducente à incorporação dos mestrados na Coroa, à volta de 1500. Mais uma vez, as diferenças entre os diversos caminhos nacionais rumo à incorporação ditam o estudo separado das realidades castelhana, portuguesa e aragonesa. Também aqui o autor se refere ao processo de incorporação português, levado a cabo pelos monarcas da dinastia de Avis, acentuando a originalidade da utilização do instrumento dinástico como forma de dominação destas instituições, pelo que o governo das ordens de Cristo, Avis e Santiago foi sistematicamente assumido, ao longo do séc. XV, por membros da família real. Com efeito, na sua opinião, aquela dinastia gizou uma política para as ordens que visava essencialmente dois objectivos: «*la afirmación definitiva de la independencia disciplinaria de las milicias respecto a las “órdenes-madre” castellanas, y la anulación de su autonomía institucional respecto a la Corona, o, lo que es lo mismo, su conversión en fuentes de rentas bajo el control de la monarquía, gestionadas por unos dóciles administradores, ya no maestros, que, siendo miembros en todo caso de la familia real, no dejarían de mostrar un alto grado de compromiso con la política propia de la dinastía*» (p. 759).

Finalmente, no capítulo 33 (*El Pontificado y la “politización de la órdenes militares: la perspectiva eclesiástica*), o autor ocupa-se do *contraponto* eclesiástico. Estuda, *mediante apertada e esquemática síntese*, o papel do papado, e da Igreja em geral, no desenvolvimento das ordens militares, pelo que distingue e caracteriza brevemente as quatro funções principais desempenhadas pelo poder pontifício em relação às ordens: a função de legitimação, a de protecção jurídico-canónica dos freires e dos seus patrimónios, a função de controlo sobre a própria

realidade institucional das milícias (sobretudo ao nível disciplinar e da colação de benefícios) e a função de arbitragem de conflitos, reiteradamente invocada pelos próprios freires. Termina com uma alusão ao quadro geral de submissão do poder eclesiástico ao poder monárquico, o que no domínio das ordens militares hispânicas está bem patente no apoio papal ao *cruzadismo* peninsular e na alienação em favor dos monarcas da reserva pontifícia de nomeação dos mestres.

A fechar a obra, nas considerações finais, o autor refere-se ao legado material e hagiográfico deixado pelas ordens militares peninsulares, para concluir que *«huellas históricas, materiales o hagiográficas constituyen ciertamente un considerable legado que nos permite acercarnos a la realidad y significado de las órdenes militares. Pero la importancia de esta últimas en modo alguno se reduce a vestigios más o menos vivos del pasado. Los freires fueron, ante todo, el fiel exponente de una época larga y compleja, de sus posibilidades y de sus contradicciones, y desde luego resultaría prácticamente imposible entender la historia peninsular de ese período sin conocer bien las claves ideológicas y políticas a las que responderían las órdenes militares»* (p. 789-790).

Da obra que acabámos de apresentar, emerge, assim, a imagem de um trabalho ancorado num imenso volume de dados empíricos, haurido num extenso e diversificado conjunto de fontes que cobre as várias milícias hispânicas, os diferentes espaços geo-políticos peninsulares, as diversas cronologias medievas (salvaguardadas as diferenças entre a massa documental dos sécs. XII e XIII e a dos sécs. XIV e XV) e as diferentes tipologias documentais que de algum modo interessam ao estudo das ordens peninsulares, desde as fontes normativas e legislativas às narrativas. Sem embargo, a importância concedida ao relato factual, que não apenas de índole político-militar, no quadro da caracterização, da classificação, da explicação e da narração da realidade das ordens militares peninsulares mais não constitui do que a trama em que se tece um estudo multimodo das milícias hispânicas, que se estende por diferentes níveis de profundidade espacial, temporal e temática.

2. A presença da historiografia portuguesa na obra ⁷

Como já explicitámos na *Nota prévia*, começaremos a análise da presença da historiografia portuguesa nesta obra referindo-nos à sua dimensão estritamente quantitativa (primeiro nível de análise). Num segundo momento, procuraremos simultaneamente caracterizar esta amostra historiográfica e analisar a utilização concreta que dela faz o autor, por forma a circunstanciar aquela caracterização (segundo e terceiro níveis de análise, respectivamente). No decurso da análise procuraremos dar conta, sempre que possível, dos traços desta amostra que de alguma forma nos parecem ilustrar o conjunto da historiografia portuguesa sobre ordens militares. Finalmente, num curto parágrafo final, traçaremos o perfil deste domínio da historiografia portuguesa que o segundo e terceiro níveis da nossa análise permitiram esboçar.

Assim, num total de 366 títulos citados no rol bibliográfico final ⁸, 43 (11,7%) são trabalhos portugueses ⁹. No que respeita aos autores citados, num conjunto de 169 autores, 27 (16%) são de nacionalidade portuguesa ¹⁰. Destes números resulta uma média de 1,6 obras por cada autor português citado, ao passo que a média geral da bibliografia arrolada é de 2,1 títulos por autor. A análise do conjunto das citações da historiografia portuguesa feitas no decurso da obra (terceiro nível de análise) permite-nos afinar esta ponderação. De facto, no total das 1253 notas que integram esta obra, encontramos 123 referências a trabalhos portugueses ¹¹. Obtemos assim uma média de 2,9 citações por cada uma das 43 obras portuguesas ¹². Ainda que não seja diminuta, esta ponderação dos trabalhos e dos autores portugueses no conjunto da bibliografia referida não nos parece ilustrar devidamente a projecção do medievismo português no domínio das ordens militares. A existência de um número assinalável de sínteses monográficas sobre as diferentes milícias portuguesas e a utilização preferencial que o autor faz destas obras, como veremos de seguida, poderão ajudar a explicar aquela ponderação, na medida em que o autor se tenha dispensado de consultar outros trabalhos de menor fôlego.

⁷ Referir-nos-emos aos títulos portugueses mencionados na obra utilizando a numeração entre [] que lhes atribuímos na relação bibliográfica dos trabalhos portugueses citados pelo autor (v. Anexo).

⁸ Como o autor explica na nota que redige ao rol bibliográfico, nele apenas se incluem obras citadas mais do que uma vez ao longo do texto ou directamente relacionadas com o tema estudado – as ordens militares hispânicas – (v. p. 798, nota 1).

⁹ A este número deve acrescentar-se outros cinco estudos portugueses, apenas citados no corpo da obra, em notas de rodapé (v. *infra* nota 24). Seguindo o critério do autor, que não os inclui na relação bibliográfica final, por terem sido citados apenas uma vez ao longo do trabalho e por versarem temáticas que só tangencialmente tocam a das ordens, excluiremos estes títulos da presente análise, cujo objectivo é avaliar a presença da historiografia *sobre ordens militares* nesta obra. Note-se, todavia, que nem todos os trabalhos portugueses incluídos pelo autor no rol bibliográfico, e que integrarão a nossa análise, cabem geometricamente no âmbito temático das ordens militares ou estão mais próximos dele do que alguns destes cinco títulos.

¹⁰ Note-se que quatro dos 27 autores assinam um título em co-autoria (CUNHA-PIMENTA e RAU-GONÇALVES)

¹¹ Este valor não significa que o autor se refira à historiografia portuguesa em 123 notas, já que na maior parte dos casos se cita mais do que um trabalho de autores portugueses em cada nota. As 43 obras portuguesas referidas no rol bibliográfico final são todas citadas em notas de rodapé, com excepção dos trabalhos [14], [22] e [23], pelo que o número de obras portuguesas citadas ao longo do texto se reduz para 40. Das 123 citações, três referem-se a documentos publicados na obra citada, pelo que as excluiremos da análise das citações de obras portuguesas, assim reduzidas para 120. Note-se ainda que, para além de as citar em nota, o autor refere no corpo do texto os trabalhos [1], [21], [27] e [36], a propósito de posições que neles se defendem.

¹² O cálculo desta média teve em conta o total das obras citadas em bibliografia (43).

Para a caracterização desta amostra historiográfica, optámos por uma classificação tipológica baseada na amplitude do objecto e/ou no grau de desenvolvimento concedido ao estudo deste objecto. Além do seu valor intrínseco, esta classificação revela-se de grande utilidade para a caracterização da historiografia portuguesa ao nível dos vários tópicos da grelha de análise já definida. Neste sentido, agrupámos os títulos portugueses citados na bibliografia final em três categorias: *livros*¹³, *dissertações académicas*¹⁴ e *artigos*¹⁵. Num total de 43 títulos, 6 (13,9%) são livros, 11 (25,6%) são dissertações e 26 (60,5%) são artigos. Já a análise da utilização destes trabalhos, patente nas citações que deles se faz ao longo da obra, revela-nos que das 123 citações, 12 referem-se a livros (9,8%), 75 a dissertações (60,9%) e 36 a artigos (29,3%). Atente-se ainda no facto de a esmagadora maioria dos livros (4)

¹³ Cabem nesta categoria seis estudos, de âmbitos temáticos diversos mas que de alguma forma se aproximam da temática das ordens militares. Duas destas obras estudam membros da família real que estiveram ligados a uma ou mais milícias (D. Duarte [41] e D. João II [31]), dois estudam temas militares (guerra [25] e castelos [26]), um estuda a conjuntura política portuguesa que envolveu a regência do Infante D. Pedro e o seu desfecho em Alfarrobeira [3] e o último é uma obra de síntese sobre a história portuguesa dos sécs. XIV e XV, que não deixa de se referir à realidade das ordens militares [36]. Note-se que destes seis títulos, quatro foram preparados no âmbito de dissertações de doutoramento - [3], [25], [26] e [31].

¹⁴ Cabem apenas nesta categoria as dissertações académicas em que o tema das ordens militares assume grande preponderância, quando não é exclusivo. Destas dissertações, todas apresentadas à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, sete estão publicadas na revista *Militarium Ordinum Analecta* - [10], [32], [33], [37], [38], [39] e [42]. Acrescem três dissertações ainda inéditas - [16], [21] e [28] - perfazendo um total de dez.

¹⁵ Dos 26 artigos citados, seis abordam temáticas que ultrapassam o âmbito estrito das ordens militares: [11] e [12] são estudos de castelologia; [30] analisa a guerra civil de 1319-1324; [4] aborda os conflitos fronteiriços entre D. Afonso V e os Reis Católicos; [15] estuda o modelo foralengo eborense; e [13] estuda a tradição dos freires santiaguistas acerca da localização da batalha de Ourique, para o que se refere à presença da ordem de Santiago nesta região entre a data da batalha e o séc. XIV. Estes artigos, à semelhança do que acontece com os livros descritos na nota 13, quebram a unidade temática do conjunto de obras em apreço, pelo que viciam a análise que procuraremos fazer das espacialidades, das temporalidades e sobretudo do escopo temático destas obras. Impõem-se portanto dois procedimentos preventivos. Em primeiro lugar, uma vez que as categorias espaciais, temporais e temáticas da nossa grelha de análise foram definidas para a historiografia das ordens militares, só encaixaremos estes títulos nestas categorias quando possível. Em segundo lugar, já que nestes artigos o estudo das ordens militares ocupa apenas uma parte do trabalho, teremos em atenção somente esta parte na caracterização espacial, temporal e temática que deles faremos. Logo, os dados que resultarem desta caracterização não dizem respeito ao conjunto de cada trabalho mas apenas à parte que nele se refere às ordens militares. Apesar das dificuldades assinaladas, não deixaremos de ter em conta estes 12 títulos (seis livros e seis artigos), que o autor optou por incluir no rol bibliográfico final.

e dos artigos (16) ser citada apenas uma vez no decurso da obra, ao passo que a maioria das dissertações são citadas três ou mais vezes – das quais seis são citadas mais do que cinco vezes. Torna-se assim manifesto que, se por um lado, a maioria das obras portuguesas arroladas na bibliografia são artigos (60,5%), por outro, a utilização que o autor faz destas obras, patente nas citações no decurso do texto, privilegia claramente as dissertações académicas (60,9%). Se o primeiro número se explica pelo maior volume que os artigos, obras mais breves, adquirem em todos os domínios da produção científica, o segundo parece-nos indiciar a importância qualitativa que as sínteses monográficas sobre as diferentes milícias portuguesas assumem no quadro da historiografia portuguesa, como veremos mais adiante, uma vez que a maior parte das dissertações académicas citadas estudam monograficamente uma ordem, num determinado arco temporal.

Em segundo lugar, parece-nos importante analisar a cronologia de publicação das obras portuguesas seleccionadas pelo autor, por forma a melhor caracterizar esta amostra historiográfica. De facto, dos 43 trabalhos portugueses citados em bibliografia, 7 (16,4%) foram publicados entre 1941 e o final da década de 1970 (2 livros, 5 artigos e nenhuma dissertação), 13 (30,2%) foram publicados ao longo da década de 1980 (1 livro, 5 dissertações e 7 artigos), 20 (46,5%) ao longo dos anos 90 (3 livros, 6 dissertações e 11 artigos) e, finalmente, 3 (6,9%) publicaram-se entre os anos de 2000 e de 2002 (3 artigos). Estes números permitem-nos esboçar os ritmos que marcaram a produção historiográfica portuguesa neste domínio, desde os anos 40 do séc. XX até aos nossos dias.

De facto, torna-se evidente o considerável incremento que a historiografia portuguesa sobre ordens militares conheceu nos anos 80, particularmente notório no domínio das dissertações e dos artigos – que, em boa parte, foram redigidos no âmbito de investigações académicas. Os anos 90 ampliaram este crescimento, não apenas no domínio das dissertações e dos artigos mas também no dos livros. Já nos anos de 2000, 2001 e 2002, assistimos a um manifesto abrandamento deste ritmo de produção. À publicação média de duas obras por ano, ao longo da década de 90, opõe-se, nestes três últimos anos, a publicação de apenas três títulos (e todos artigos). No que respeita ao enquadramento institucional dos trabalhos citados, note-se que, dos 43 títulos portugueses, 25 (58,1%) foram produzidos no âmbito do Seminário Internacional de Ordens Militares (S.I.O.M.), dirigido por Luís Adão da Fonseca e sediado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, agrupando um conjunto de investigadores que se dedicam ao estudo desta temática.

A caracterização da historiografia portuguesa presente na obra implica, em terceiro lugar, uma referência à realidade das diversas ordens militares (não exclusivamente portuguesas) estudada pelos vários trabalhos. Com efeito, neste conjunto de 43 obras, 25 (58,1%) estudam o ramo português da ordem de Santiago (embora algumas também se refiram à realidade castelhana-leonesa da milícia), 21 (48,8%) estudam a ordem de Avis, 12 (27,9%) a ordem de Cristo e 8 (18,6%) a do Hospital.

Menor projecção assumem os dois trabalhos que estudam a ordem do Templo (4,7%), o único trabalho que estuda a ordem de Pereiro-Alcântara (2,3%) e os outros dois que estudam a ordem de Calatrava (4,7%)¹⁶. Destes números, torna-se evidente o predomínio das obras que estudam as milícias portuguesas, com destaque para o ramo português da ordem de Santiago, e a expressão diminuta das obras que se referem às restantes milícias hispânicas e às ordens *internacionais* presentes na Península Ibérica. Convém ainda assinalar que a diferença, relativamente significativa, entre o número de trabalhos que estudam as ordens de Santiago e de Avis e o número dos que estudam a ordem de Cristo resulta apenas do escasso número de artigos publicados sobre esta ordem, uma vez que o número de livros e de dissertações sobre Cristo se aproxima bastante do volume de livros e de dissertações publicados sobre aquelas milícias.

O cotejo destes valores com o número de citações das obras portuguesas que se referem a cada uma das milícias permite-nos perceber que, embora a ordem de Santiago seja a mais estudada pelos estudos portugueses referidos na bibliografia, o autor citou com maior frequência os trabalhos que se referem à ordem de Avis (53,8% do conjunto de citações de obras portuguesas), seguindo-se os trabalhos relativos às ordens de Santiago (36,6%), de Cristo (29,1%), do Hospital (10,3%), de Calatrava (5,9%) e finalmente de Pereiro-Alcântara (0,9%)¹⁷. Este predomínio da ordem de Avis fica a dever-se a um maior número de citações de artigos e sobretudo de dissertações que estudam esta milícia. Finalmente, cumpre notar o predomínio das obras que estudam monograficamente uma ordem. De facto, no universo dos 43 trabalhos portugueses, só 13 (30,2%) estudam mais do que uma milícia. A análise do número de ordens a que se referem as citações da historiografia portuguesa ao longo da obra reforça aquela ideia, na medida em que 81,2% destas citações versam apenas uma milícia.

O predomínio de obras dedicadas ao estudo das milícias portuguesas indicia uma outra característica da amostra historiográfica portuguesa seleccionada pelo autor: a atenção maciça concedida à realidade portuguesa. De facto, dos 43 trabalhos portugueses, só 8 (18,6%) ultrapassam o estrito âmbito *nacional* português. Esta característica confirma-se com a análise da realidade nacional a que se referem as citações que se fazem das obras portuguesas, uma vez que 105 das 120 citações (87,5%) decorrem da referência à realidade portuguesa. No que respeita às cronologias medievais estudadas, 30 das 43 obras portuguesas (69,8%) enquadram-se na Baixa Idade Média (sécs. XIV a XVI) e 18 (41,9%) na Plena Idade

¹⁶ O somatório destes valores ultrapassa largamente o total de 43 obras portuguesas referidas na bibliografia, na medida em que alguns destes trabalhos estudam mais do que uma ordem. Todavia, as percentagens que apresentamos foram calculadas com base no total efectivo de 43 obras.

¹⁷ Note-se, mais uma vez, que algumas citações se referem a mais do que uma ordem e que as percentagens apresentadas se calcularam tendo em conta o total efectivo de 120 citações.

Média (sécs. XII e XIII). O século mais estudado é o séc. XV (58,2% das obras), seguido pelos sécs. XIV (51,2%) e XIII (39,5%)¹⁸. A análise da cronologia a que se referem as citações das obras portuguesas confirma esta distribuição dos séculos mais estudados e reforça o peso da Baixa Idade Média, presente em 82,5% das citações, ao passo que a Plena Idade Média não ultrapassa os 36,7%¹⁹.

No que concerne à caracterização temática das obras portuguesas seleccionadas pelo autor, começamos por destacar o número significativo de trabalhos que se referem às origens das diferentes milícias (20,9%), ao estudo das dignidades pessoais que dominam a estrutura de governo das ordens (20,9%), aos seus patrimónios e jurisdições (27,9%) e, finalmente, às relações que mantiveram com as monarquias (62,8%). Num segundo nível de representatividade, encontram-se os estudos que se referem às filiações de algumas milícias e às relações de dependência que delas resultam (14%), à normativa (18,6%) e à sociologia das ordens (14%), aos órgãos colegiais de governo das milícias (18,6%), à sua organização territorial (14%), às suas estruturas militares (18,6%), à sua intervenção na *Reconquista* peninsular (18,6%) e em outras situações de conflito (18,6%), bem como à estrutura rentista que as sustentava (16,3%). Num terceiro e último nível de representatividade contam-se os trabalhos que se referem à realidade feminina das ordens (2,3%) à vida religiosa dos freires (9,3%) e às relações das milícias com o papado (4,7%)²⁰. Note-se ainda a significativa percentagem de trabalhos que, de alguma forma, se referem à conjuntura *política* das diversas ordens (48,8%).

A análise das referências à historiografia portuguesa feitas nos vários capítulos da obra (que correspondem aos vários temas da grelha temática utilizada) revela-nos um maior índice de citação da historiografia portuguesa nas partes quinta (25%), sexta (20,7%) e oitava (24,2%), isto é nos domínios da normativa e da sociologia, da actividade militar e das relações das milícias com as monarquias, respectivamente²¹. Note-se ainda que, das 43 obras portuguesas citadas, 23,3%

¹⁸ Note-se que algumas obras abordam cronologias plurisseculares, pelo que se classificaram em mais do que um século e, por vezes, em mais do que uma época. As percentagens apresentadas foram calculadas com base no total efectivo de 43 títulos.

¹⁹ Note-se que algumas citações se referem a situações que não cabem no tempo secular e outras a situações que se estendem por uma cronologia plurissecular. As percentagens apresentadas foram calculadas com base no total efectivo de 120 citações.

²⁰ Esta grelha temática foi decalcada da estrutura da obra. Fizemo-lo por forma a permitir o cotejo desta classificação temática da amostra historiográfica em estudo com a análise das citações que dela se fazem nos vários capítulos. Procurámos ainda que a nossa classificação cobrisse o maior número possível de temas abordados em cada trabalho. Note-se, uma vez mais, que a maior parte dos títulos portugueses estudam mais do que um tema e que as percentagens apresentadas foram calculadas com base no total efectivo de 43 títulos.

²¹ Excluímos deste grupo de temas o da função assistencial e o das relações das milícias com o papado (estudados respectivamente na sexta e na oitava partes), na medida em que as referências à historiografia portuguesa que neles se faz são escassas, no primeiro caso, e nulas, no segundo.

estudam apenas um daqueles temas, 27,9% estudam dois temas, 32,4% estudam entre três e cinco temas e 16,3% estudam mais do que cinco temas, pelo que o número médio de temas por obra se salda nos 3,2.

Terminamos este quarto ponto da caracterização da historiografia portuguesa presente na obra com uma referência às diferentes espacialidades e temporalidades que nela se estudam²². No conjunto dos 43 títulos portugueses, 18 (54,5%) estudam o espaço global de uma ou mais ordens, 10 (30,3%) estudam espaços não vinculados a nenhuma ordem e apenas 5 (15,2%) se referem exclusivamente a espaços locais/regionais da jurisdição de uma ou mais ordens. A importância do estudo do espaço global das milícias vê-se confirmada na análise da espacialidade a que se referem as citações das obras portuguesas, uma vez que só 20,8% destas citações se referem às outras duas espacialidades definidas²³. No que respeita às temporalidades estudadas, note-se que a esmagadora maioria das obras portuguesas (60,5%) estuda um tempo médio ou longo. Já a análise da temporalidade a que se referem as citações dos trabalhos portugueses demonstra, todavia, que uma percentagem ainda maior (73,3%) diz respeito a um tempo curto. Configura-se assim uma utilização predominantemente *factual* da historiografia portuguesa, que acompanha o maior desenvolvimento concedido na obra à *narração*, que não exclusivamente político-militar.

Do que fica exposto, podemos concluir que a amostra da historiografia portuguesa seleccionada pelo autor é dominada por artigos e dissertações académicas, publicados nos anos 80 e 90, que estudam monograficamente uma ordem portuguesa, numa cronologia preferencialmente tardo-medieval, e que abordam dois ou mais temas, no âmbito da temática das ordens militares, num quadro espacial definido pelo espaço global da ordem em estudo e num quadro temporal médio-longo. A importância que as obras e os autores portugueses citados assumem no quadro global da historiografia portuguesa sobre ordens militares confere a esta amostra uma representatividade significativa, o que nos permite estender estas conclusões ao conjunto da produção bibliográfica portuguesa neste domínio.

²² Definimos três tipos de espacialidade, que nos pareceram dominar os estudos portugueses citados: o espaço não vinculado a nenhuma ordem, o espaço global de uma ou mais ordens e o espaço regional/local da jurisdição de uma ou mais ordens. Note-se que alguns trabalhos não têm uma expressão territorial definida (ex.: estudos sobre a normativa), pelo que o total de títulos classificados nos três tipos de espacialidade não ultrapassa os 33. Deixámos de fora os trabalhos: [6], [8], [9], [10], [18], [20], [29], [41], [42] e [43]. A percentagem de obras que estuda cada espacialidade foi calculada com base neste total de 33 obras. Por outro lado, agrupámos as obras portuguesas citadas em torno de duas temporalidades que nos pareceram bipolarizá-las: o tempo curto, relativo a segmentos temporais inferiores a 50 anos, e o tempo médio-longo, relativo a segmentos superiores a meio século.

²³ Note-se que boa parte das citações também se refere a situações que não têm uma expressão espacial concreta (ex.: episódios da conjuntura *política* das ordens), o que impede a sua integração neste ponto da análise. A percentagem de citações que se referem a estas duas espacialidades foi calculada tendo em conta o total de 120 citações.

ANEXO
BIBLIOGRAFIA PORTUGUESA REFERIDA NA OBRA ²⁴

- [1] AZEVEDO, Rui Pinto de – Primórdios da ordem militar de Évora. *Boletim Cultural da Junta Distrital de Évora*. 8 (1967) 43-62.
- [2] AZEVEDO, Rui Pinto de – A Ordem Militar de S. Julião do Pereiro depois chamada de Alcântara. *Anuario de Estudios Medievales*. 11 (1981) 713-724.
- [3] BAQUERO MORENO, Humberto Carlos – *A Batalha de Alfarrobeira: antecedentes e significado histórico*. Sep. de *Revista de Ciências do Homem da Universidade de Lourenço Marques*. IV, Série B (1973).
- [4] BAQUERO MORENO, Humberto Carlos – Os conflitos fronteiriços entre D. Afonso V e os Reis Católicos. *Revista da Faculdade de Letras. História – Universidade do Porto*. II Série. X (1993) 103-116.
- [5] BAQUERO MORENO, Humberto Carlos – As Ordens Militares na sociedade portuguesa do século XV. O apogeu e a queda do mestrado de Santiago. In *Las Órdenes Militares en la Península Ibérica. I: Edad Media*. Ed. de R. Izquierdo Benito; F. Ruiz Gómez. Cuenca: Universidad de Castilla-La Mancha, 2000, p. 773-796.
- [6] BARBOSA, Isabel Lago – Um códice inédito dos Estabelecimentos de 1440 da Ordem de Santiago na Biblioteca Pública Municipal do Porto. In *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, III. Porto: I.N.I.C., 1989, p. 1197-1214.
- [7] BARBOSA, Isabel Lago – Um novo rei - um novo mestre: D. João II e a administração da ordem de Santiago. In *III Jornadas Hispano-Portuguesas de História Medieval: actas*. Sevilha, 1991, p. 805-813.
- [8] BARBOSA, Isabel Lago – Regimentos de visitas da Ordem de Santiago em Portugal nos finais da Idade Média. In *As Ordens Militares em Portugal: actas do 1º Encontro sobre Ordens Militares*. Palmela, 1991, p. 159-169.
- [9] BARBOSA, Isabel Lago – A normativa da ordem de Santiago: uma memória peninsular. In *As Ordens Militares em Portugal e no Sul da Europa: actas do II Encontro sobre Ordens Militares*. Lisboa-Palmela, 1997, p. 65-70.

²⁴ Embora vários trabalhos portugueses tenham conhecido edições anteriores e posteriores, optámos por manter a edição citada pelo autor no rol bibliográfico final, por forma a dar conta da edição consultada. Como já tivemos oportunidade de notar, para além dos títulos arrolados na bibliografia final, que aqui se reproduzem, o autor cita, no decurso da obra, em notas de rodapé, cinco outros trabalhos portugueses: TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – Para o estudo das confrarias medievais portuguesas. Os compromissos de três confrarias de homens bons alentejanos. *Estudos Medievais*. 8 (1987) 52-72; MARQUES, José – Os municípios na estratégia defensiva dionisina. In *As relações de fronteira no século de Alcanices: IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval: actas*. I. Porto, 1998; MATTOSO, José – A vida religiosa dos beneditinos portugueses durante o século XIII. In *Homenaje a Fray Justo Pérez de Urbel, OSB*. Vol. 2. Abadia de Silos, 1977; FONSECA, Luís Adão da – *Vasco da Gama: o homem, a viagem, a época*. Lisboa: Expo 98-Comissão de Coordenação da Região do Alentejo, 1997; FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira – *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. Lisboa-Palmela: Edições Colibri-Câmara Municipal de Palmela, 2002.

- [10] BARBOSA, Isabel Lago – A Ordem Militar de Santiago nos finais da Idade Média (Normativa e prática). *Militarium Ordinum Analecta*. 2 (1998) 93-288.
- [11] BARROCA, Mário Jorge – Castelos medievais portugueses. Origens e evolução (séc. IX-XIV). In *La fortaleza medieval: realidad y símbolo*. Ed. de J. A. Barrio; J. V. Cabezuelo. Alicante, 1998, p. 13-30.
- [12] BARROCA, Mário Jorge – D. Dinis e a arquitectura militar portuguesa. In *As relações de fronteira no século de Alcanices: IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval: actas*. I. Porto, 1998, p. 801-822.
- [13] BOTELHO DA COSTA VEIGA, A. – Ourique - Val de Vez. *Anais*. 1 (1941) 1-186.
- [14] COSME, J. R. e MANSO, Maria de Deus – A Ordem de Santiago e a Expansão Portuguesa no século XV. In *As Ordens Militares em Portugal: actas do 1º Encontro sobre Ordens Militares*. Palmela, 1991, p. 43-55.
- [15] CUNHA, Maria Cristina – Forais que tiveram por modelo o de Évora de 1166. *Revista da Faculdade de Letras. História – Universidade do Porto*. II Série, V (1988) 69-94.
- [16] CUNHA, Maria Cristina – *A Ordem Militar de Avis (das Origens a 1329)*. Porto: Faculdade de Letras, 1989.
- [17] CUNHA, Maria Cristina – A Ordem de Avis e a Monarquia Portuguesa até ao final do reinado de D. Dinis. *Revista da Faculdade de Letras. História – Universidade do Porto*. II Série, XII (1995) 113-123.
- [18] CUNHA, Maria Cristina – A eleição do mestre de Avis nos séculos XIII-XV. *Revista da Faculdade de Letras. História – Universidade do Porto*. II Série. XIII (1996) 103-122.
- [19] CUNHA, Maria Cristina e PIMENTA, Maria Cristina – Algumas considerações sobre as relações entre os monarcas castelhanos e a Ordem de Avis no século XIII. *Boletim do Arquivo Distrital do Porto*. II (1985) 47-55.
- [20] CUNHA, Mário – O Infante D. João, administrador da ordem de Santiago. História de uma procuração. In *As Ordens Militares em Portugal: actas do 1º Encontro sobre Ordens Militares*. Palmela, 1991, p. 171-180.
- [21] CUNHA, Mário – *A Ordem Militar de Santiago (Das Origens a 1327)*. Porto: Faculdade de Letras, 1991.
- [22] FERNANDES, Isabel – Castelos da Ordem de Santiago: a região do Sado. In *Arqueologia da Idade Média da Península Ibérica: actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*. VIII. Porto: ADECAP, 2000, p.169-185.
- [23] FERNANDES, Isabel – O Castelo de Palmela: herança islâmica e domínio da ordem de Santiago. In *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Lisboa, 2002, p. 571-578.
- [24] FONSECA, Luís Adão da – *O Condestável D. Pedro de Portugal, a Ordem Militar de Avis e a Península Ibérica do seu tempo (1429-1466)*. Porto: I.N.I.C. - Centro de História da Universidade do Porto, 1982.
- [25] GOUVEIA MONTEIRO, João – *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa: Editorial Notícias, 1998.
- [26] GOUVEIA MONTEIRO, João – *Os Castelos Portugueses dos finais da Idade Média: presença, perfil, conservação, vigilância e comando*. Lisboa-Coimbra, Colibri-Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1999.

- [27] MARQUES, José – Os Castelos Algarvios da Ordem de Santiago no reinado de D. Afonso III. In MARQUES, José – *Relações entre Portugal e Castela nos finais da Idade Média*. Braga, 1994, p. 125-152.
- [28] MATA, Joel – *A Comunidade Feminina da Ordem de Santiago: a Comenda de Santos na Idade Média*. Porto: Faculdade de Letras, 1991.
- [29] MATOS REIS, A. – As Regras da Ordem Militar de Avis e a Ordem de Cister. In *Congresso Internacional sobre San Bernardo e o Cister en Galicia e Portugal: actas*. I. Ourense, 1992, p. 602-622.
- [30] MATTOSO, José – A guerra civil de 1319-1324. In *Estudos de História de Portugal: homenagem a A. H. de Oliveira Marques*. I. Lisboa: Editorial Estampa, 1982, p. 163-176. Reed. in MATTOSO, José – *Portugal Medieval, novas interpretações*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, p. 293-308.
- [31] MENDONÇA, Manuela – *D. Juan II, un percurso humano y político en las orígenes de la modernidad en Portugal*. Madrid, 1996 [Ed. port.: *D. João II, um percurso humano e político nas origens da modernidade em Portugal*. Lisboa: Estampa, 1991].
- [32] MORGADO DE SOUSA E SILVA, Isabel – A Ordem de Cristo durante o mestrado de D. Lopo Dias de Sousa (1373?-1417). *Militarium Ordinum Analecta*. 1 (1997) 5-126.
- [33] MORGADO DE SOUSA E SILVA, Isabel – *A Ordem de Cristo (1417-1521)*. Porto: Faculdade de Letras, 1998. 3 vols. [*Militarium Ordinum Analecta*, 6 (2002)].
- [34] OLIVEIRA, Miguel de – Origens da Ordem de Cister em Portugal. *Revista Portuguesa de História*. V (1951) 317-353.
- [35] OLIVEIRA, Miguel de – A Milícia de Évora e a Ordem de Calatrava. *Lusitania Sacra*. I (1956) 51-64.
- [36] OLIVEIRA MARQUES, A. H. de – *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Vol. IV de «Nova História de Portugal». Dir. de J. Serrão; A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Editorial Presença, 1987.
- [37] PIMENTA AGUIAR PINTO, Maria Cristina – A Ordem Militar de Avis (durante o mestrado de D. Fernão Rodrigues Sequeira). *Militarium Ordinum Analecta*. 1 (1997) 127-242.
- [38] PIMENTA AGUIAR PINTO, Maria Cristina – As Ordens de Avis e de Santiago na Baixa Idade Média: o governo de D. Jorge. *Militarium Ordinum Analecta*. 5 (2001).
- [39] PINTO COSTA, Paula – A Ordem Militar do Hospital em Portugal: dos finais da Idade Média à Modernidade. *Militarium Ordinum Analecta*. 3/4 (1999/2000).
- [40] RAU, Virgínia e GONÇALVES, Iria – As Ordens Militares e a tributação régia em Portugal. *Do Tempo e da História*. IV (1971) 119-123.
- [41] SANTOS, D. M. Gomes dos – *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger (1433-1438)*. Lisboa: Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960.
- [42] VASCONCELOS, António Maria Pestana de – A Ordem Militar de Cristo na Baixa Idade Média: espiritualidade, normativa e prática. *Militarium Ordinum Analecta*. 2 (1998) 5-92.
- [43] VIEGAS, Valentino – A prisão do mestre da Ordem de Cristo pelos castelhanos. In *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*. I. Porto: I.N.I.C., 1989, p. 247-254.